



Uma revisão dos modelos de integração na América Latina: o caso da Aliança do Pacífico

María del Pilar Ostos Cetina

Emilio Vizarratea Rosales

resumo

O objetivo deste ensaio consiste em uma revisão dos modelos de integração na América Latina, o que permite estabelecer uma relação entre as origens e os fundamentos da integração latino-americana, contrastada com os acontecimentos atuais junto aos atores e interesses delineados no interior de cada bloco geopolítico, tal como se apresenta no caso da Aliança do Pacífico, integrada por quatro membros plenos: México, Colômbia, Peru e Chile, com mais de 50 observadores internacionais que tornam a organização um protótipo de integração relevante para sua avaliação em inícios do século XXI.

Palavras-chave: integração; América Latina; Aliança do Pacífico; bloco geopolítico.

abstract

The objective of this essay consists in a review of the integration models in Latin America, which allows establishing a relationship between the origins and the foundations of Latin American integration, contrasted with current events along with the actors and interests outlined within each geopolitical bloc, as presented in the case of the Pacific Alliance, integrated by four full members: Mexico, Colombia, Peru and Chile, with more than 50 international observers that make the organization a prototype of relevant integration for its evaluation at the beginning of the 21st century.

Keywords: integration; Latin America; Pacific Alliance; geopolitical bloc.



olhar que a geopolítica oferece a partir do seu interesse pelos estudos regionais e nos mecanismos de integração estimula, nestes tempos, a formulação de ferramentas analítico-interpretativas que expliquem a realidade internacional, mutável e distinta, que se apresenta como uma continuidade no atual contexto do pós-Guerra Fria.

Neste sentido, propor uma revisão geopolítica, ou seja, um olhar renovado sobre a América Latina no contexto presente, implica ainda explicar o que se refere a uma espécie de *intervencionismo hegemônico*, que já não diz respeito apenas aos tradicionais gestores da planificação política, como Estados Unidos, ex-União Soviética, China, chefes militares, empresas transnacionais, como se deu durante o período da Guerra Fria. Atualmente, a região enfrenta a presença de outras potências de caráter extracontinental, além de sobreviver no meio de problemas antigos e novos, decorrentes da péssima distribuição da

receita nacional, da falta de desenvolvimento, da corrupção política, do crescimento dos grupos criminosos transnacionais, do tráfico de substâncias ilícitas e o comércio ilegal de pessoas na sua qualidade de migrantes ou de refugiados que se deslocam em direção à América do Norte, mas também, e em menor regularidade, para a América do Sul.

Deste modo, a América Latina configura-se como um corredor geográfico estratégico, em decorrência da sua natureza bioceânica, adjacente tanto ao Oceano Pacífico como à região do Mar do Caribe. Além disso, ela tem em sua geografia montanhas, selvas, desertos, planícies, rios e outros corpos de água que contribuem para uma variedade

Tradução do espanhol de Anderson Geraldo Teixeira Floriano.

**MARÍA DEL PILAR OSTOS CETINA
e EMILIO VIZARRETEA ROSALES**

são acadêmicos e pesquisadores do Instituto de Pesquisas Estratégicas da Marinha do México (Ininvestam), no Centro de Estudos Superiores Navais (Cesnav) da Secretaria de Marinha Armada do México (Semar).

de ótimos solos para a agricultura, convertendo a região no protótipo de um celeiro de alimentos para o mundo, juntamente com a existência de importantes recursos minerais e energéticos, o que faz da América Latina um espaço-rota, estratégico e de interconexão, um ponto de mira para os atores extraterritoriais, como hoje acontece com a Federação Russa, a República Popular da China, os países-membros da União Europeia, entre outros, que contendem, como no passado, face às pretensões hegemônicas dos Estados Unidos em todo o continente.

Parece que o modelo que Sísifo nos proporciona é um reiterado esforço em que a organização, negociação e estabelecimento de formas coletivas de trabalho entre os países da América Latina perseguem o desenvolvimento e a segurança de maneira individual, sem poder articular um bloco regional.

No entanto, a análise está limitada ao momento de centrar a nossa atenção, única e exclusivamente, nos interesses das potências sobre a América Latina na atualidade e, neste sentido, propõe-se centrar a análise numa forma de repensar, em vice-versa, um *bloco geopolítico* com os alcances regionais e globais apresentados pela Aliança do Pacífico, e como o seu design avizinha-se de uma “arquitetura de segurança regional”, com um propósito próximo à defesa continental, onde a região se agrupa e se organiza em sua busca de infraestrutura e intervenção no mundo.

ORIGENS E EVOLUÇÃO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO SÉCULO XXI

A pertinência de elaborar uma revisão atual dos mecanismos de integração na Amé-

rica Latina nos leva de novo a indagar sobre aqueles fundamentos de base, que solucionam a “ideia de uma federação americana”, sendo um dos pioneiros Francisco de Miranda, ao subscrevê-los na Ata de União, em Paris, em 22 de dezembro de 1797. Mais tarde, o peruano radicado no Chile Juan Egaña publicou em suas memórias aspectos relacionados ao estabelecimento de uma federação para o ano de 1810, dentre outros autores daquele contexto que também falavam sobre a necessidade da integração.

Por sua vez, Simón Bolívar enfatizou aqueles aspectos que criam as bases do que atualmente se poderia conceber como uma “política americana”, pertinente ao estabelecimento de um “equilíbrio universal”, como o denominou o Libertador, ao assinalar que:

“Creio que se pode salvar a América com estes cinco elementos: primeiro, um grande exército para impor e defender-nos; segundo, uma política europeia para eliminar os primeiros golpes; terceiro, com a Inglaterra; e quarto, com os Estados Unidos... Além disso, eu apelo sobre o congresso do Istmo de todos os estados americanos, que é o quinto elemento” (Rosas Ledezma, 2009, p. 36).

Assim, do ponto de vista de Bolívar, os critérios para harmonizar uma política de integração concretizam-se a partir de aspectos políticos, econômicos e, também, de ordem militar em função da defesa continental, o que significa dimensionar os alcances e limites do projeto estadunidense. Para isso, é pertinente repensar conceitos como o de “fronteira móvel”, formulado pelo acadêmico Frederick Jackson Turner (1861-1932), que precisamente, a partir desse conceito aplicado pelos Estados Unidos, desencadeou

desde a segunda metade do século XIX as bases de um esquema de segurança cada vez mais abrangente, capaz de aglutinar maiores áreas geoestratégicas, começando pela implementação da ferrovia no Panamá, entre outros casos que reafirmam o interesse deste ator hegemônico por manifestar sua presença e predominância além de seus limites territoriais, marítimos e, mais tarde, aéreos.

Por isso, e desde então, aparece todo um traçado de caminhos e rotas em direção a um mesmo *centro de poder*, neste caso, a Washington, tal como no passado o fez o império mais poderoso da Antiguidade, ao afirmar que todos os caminhos conduziam a Roma. Será, então, sob essa mesma concepção imperial, nessa espécie de *pax americana*, antes de *pax romana*, que atualmente os estadunidenses reafirmam sua presença sobre o que, desde a visão do almirante Alfred Mahan, consideram como sua “ilha continental”, referindo-se à porção de terra estendida, localizada entre os dois mais importantes oceanos do planeta.

Assim, a pertinência para concretizar um plano de integração como atualmente se exemplifica na Aliança do Pacífico, acompanhado de uma arquitetura de segurança coletiva e hemisférica, assemelhando-se ao velho modelo imperial romano, começa a se definir com maior clareza a partir das abordagens geopolíticas de Mahan, que assinalou o seguinte no contexto do final do século XIX:

“Queira ou não, os estadunidenses devem agora olhar para o exterior; a crescente produção do país assim o exige, e um volume crescente do sentir do povo assim o reclama. A localização dos Estados Unidos entre dois velhos mundos e dois grandes oceanos faz

a mesma exigência, que se fortalecerá em breve com a criação da nova conexão entre o Atlântico e o Pacífico. A tendência manter-se-á e aumentará com o crescimento das colônias europeias no Pacífico, com a civilização progressista do Japão e pelo fato de que nossos estados do Pacífico estão se povoando rapidamente com homens que possuem o espírito empreendedor da linha de avanço do progresso nacional” (Mahan, 2002, p. 39).

Deste ponto de vista, fica claro que os interesses vitais dos Estados Unidos se encontram até onde se estende sua fronteira móvel, ou seja, não só nos limites do que consideram sua “ilha continental”: localiza-se nas costas dos países que convergem na bacia da Ásia-Pacífico e também em direção ao conjunto dos litorais de países da Europa, sem deixar de lado os extremos tanto no continente Ártico como no Antártico. Uma proposta eminentemente geopolítica, com um alto conteúdo geoestratégico, cuja incidência será decisiva na continuidade de seus planos de ampliação de seu *espaço vital* no hemisfério, como o vêm realizando, uma vez que conseguem pôr fim ao seu isolacionismo no final do século XIX e se conduzem como uma potência hegemônica até os dias de hoje.

Assim, e recordando outro geopolítico alemão do início do século XX, o general Karl Haushofer – que foi professor de geografia formado na Escola de Ratzel e na experiência diplomática como observador militar na embaixada alemã do Japão durante dois anos (1908) –, resulta compreender desde seu ponto de vista, após o início de uma *nova era do Pacífico*, aspecto que começa a tomar maior importância em relação ao “eixo geopolítico” que se estabe-

lece sobre a bacia do Pacífico. Onde o mar não é fronteira, e sim ponte.

Nessa mesma linha, o geopolítico mexicano Alberto Escalona Ramos comentou que, “com efeito, para o Pacífico convergem as tendências centrífugas das massas terrestres da Ásia (Rússia, China e também Índia), as marítimas (Japão), as marítimas da Europa (diretamente no Pacífico ou através do Índico) e terrestres e marítimas da América, Austrália e África do Sul”. Opinião que corrobora o que Haushofer observou, ao assinalar: “[...] agora principia a era do Pacífico, sucessora da velha era do Atlântico e da caduca do Mediterrâneo com a pequena Europa” (Escalona, 1959, p. 33). É uma abordagem geoestratégica que mostra o valor da água, do mar, do oceano que comunica e intercambia bens, mercadorias e pessoas.

Nessa mesma perspectiva, o general alemão adverte sobre os riscos de permitir no futuro a configuração de um bloco sino-russo, o que implicaria também a incorporação do império japonês, avivando assim a tese geopolítica de Mackinder sobre o “eixo geográfico da história”. Assim, no terreno dos fatos, esta *espécie de aliança* sofreu seu primeiro embate em meio a um fato conjuntural como foi o ataque à base naval estadunidense de Pearl Harbor pelo Japão, o qual, nas palavras de Escalona Ramos (1959, pp. 226 e 242), tratou-se de “uma armadilha que aceitaram com gosto os governantes estadunidenses, pois sabendo de antemão quando seria o ataque, souberam aproveitá-lo a tempo para unificar a opinião do país, tanto entre democratas como entre republicanos e para poder declarar depois guerra (ao país atacante)”.

Assim, a forma como os Estados Unidos procuraram neutralizar um dos seus mais

decisivos adversários na região Ásia-Pacífico, em meados do século XX, acabou por gerar um apoio irrestrito do Japão em função das ações políticas conduzidas por Washington ao longo da Guerra Fria e ainda depois, no contexto do pós-Guerra Fria.

Em consonância com o acima mencionado, Haushofer foi enfático em apontar os perigos de favorecer o surgimento de um império com “a alma do Japão no corpo da China, considerando que seria uma potência que eclipsaria inclusive os impérios da Rússia e dos Estados Unidos, capaz de enfrentar qualquer inimigo” (Escalona, 1959, p. 229). Por isso, a estratégia que os Estados Unidos adiantaram, a partir de 1951, consistiu em promover “três pactos de Aliança” em matéria de segurança, um com o Japão, outro com as Filipinas e outro com a Austrália e a Nova Zelândia. Dois anos depois, com a Coreia do Sul e ainda outro em 1954, com a Formosa, o que, em suma, transformará esta última data no estabelecimento do Tratado de Defesa do Sudeste Asiático (Seato).

Seguindo esta lógica em termos de defesa continental, que não é mais do que a implementação da “arquitetura de segurança hemisférica” na vizinhança com a Ásia-Pacífico e com relação à China, Mahan advertiu sobre a necessidade urgente de prestar atenção a este gigante continental, afirmando, num artigo datado de 30 de janeiro de 1983:

“É amplamente sabido, embora talvez não geralmente advertido em nosso país, que muitos dos militares no estrangeiro familiarizados com a condição e caráter orientais, veem com preocupação o dia em que a vasta massa da China, agora inerte, possa ceder a algum daqueles impulsos que em épocas passadas sepultaram a civilização sob uma onda de

invasão bárbara. [...] A China pode destruir as suas barreiras tanto para o Oriente como para o Ocidente, para o Pacífico e para o continente europeu” (Mahan, 2000, p. 46).

Assim, o “perturbador” do Ocidente, como o almirante francês Raúl Castex chamou a China, efetivamente passará a se converter em um forte oponente a todas aquelas intenções de expansão por parte dos Estados Unidos, em direção à região que até hoje os chineses consideram sua mais importante área de influência natural: o Pacífico Asiático. Um espaço geográfico que, segundo Haushofer, supõe no futuro converter-se num autêntico “campo de batalha entre o Leste e o Oeste”. Assim, essas profecias aparentemente estão sendo cumpridas, e coincidem com o que Mahan afirmou a respeito da condição geopolítica de seu país, Estados Unidos, ao afirmar: “Em nossa infância só tivemos limites com o Atlântico; nossa juventude levou nossos limites até o Golfo do México e hoje a maturidade nos vê sobre o Pacífico” (Mahan, 2000, p. 48).

No Pacífico, diz Escalona Ramos, se reunirão as maiores frotas de guerra do mundo, as mais velhas civilizações se enfrentarão com as mais novas, o continente mais povoado (Ásia) lutará contra a América, sendo este o *espaço geopolítico* que ganha vida para organismos atuais como Apec, TPP, a própria ampliação da Otan e inclusive a Aliança do Pacífico. Isto sem esquecer que, a esta “luta de gigantes”, voltará à cena a Rússia imperial. O competidor mais contundente que os estadunidenses terão após o início da era bipolar e até hoje (Escalona, 1959, p. 246). Fato que também levou ao desenho de uma rápida e efetiva *política de contenção*, necessária para frear os ânimos

da expansão soviética em direção a outras latitudes do planeta, em particular para o vasto conjunto dos países que integram o que para os Estados Unidos é a sua zona de influência imediata, a sua *ilha continental*.

Ideia que também prevalece, desde o início das alianças ou blocos geopolíticos regionais, nos quais os tópicos da segurança e do desenvolvimento se mantêm vigentes desde os processos libertários em toda a América Latina.

ALIANÇA DO PACÍFICO: UM BLOCO GEOPOLÍTICO PARA OS FINS DA SEGURANÇA HEMISFÉRICA

Desde a primeira cúpula que deu início à Aliança do Pacífico (AP), em Lima (Peru), em 2011, foi formado um mecanismo de *integração em forma de bloco geopolítico* com alcances regionais e globais, que ainda mantém em vigor o seu compromisso de diálogo e cooperação em diversos domínios, desde o diplomático, o comercial e o acadêmico, até questões relativas ao turismo e ao meio ambiente, entre outros, que dizem respeito aos seus quatro membros permanentes: México, Colômbia, Peru e Chile, que em conjunto impulsionam um “diálogo circular” que atende aos principais objetivos e desafios, ao longo de toda a faixa continental costeira do Oceano Pacífico.

Esta abordagem consiste, basicamente, em propor um novo esquema de responsabilidades em todo o continente, cuja “chave para uma liderança estadunidense bem-sucedida é o reconhecimento de certos líderes sub-regionais – Canadá, México, Brasil, Argentina e Chile –, o que pode acrescentar uma legitimidade significativa a uma nova arqui-

tutura de segurança” (Nuñez, 2002, p. vii), incorporando outros países.

Além disso, trata-se de uma estratégia geopolítica emitida pelos Estados Unidos com ênfase muito particular nos blocos geopolíticos, ou seja, neste tipo de interação entre Estados que perseguem interesses em comum, sejam eles no âmbito político, econômico, social ou militar; tornando-se, por sua vez, a base sobre a qual se originam iniciativas de integração, como a atual Aliança do Pacífico, que se torna parte fundamental desse novo redesenho da arquitetura de segurança no início do século XXI.

A este respeito, a proposta de criação da Aliança do Pacífico revelou-se uma tarefa encomendada em seus primórdios ao ex-presidente peruano Alán García Pérez, que, a partir de 2010, se deu a tarefa de administrar as aproximações entre seus pares na região, fazendo convite direto a países como México, Colômbia, Chile e inclusive ao Equador, que se negou a participar, além do Panamá, que assumiu o papel de *observador* nesse esquema de aproximação entre países com uma característica em comum, a de limitar com o Oceano Pacífico.

Quatro anos após estas primeiras diligências, a configuração da Aliança do Pacífico concretiza-se num *quarteto* de países com estatuto de membros plenos (México, Colômbia, Peru e Chile), cuja possibilidade de ampliar-se encontra-se atualmente latente para outros países, interessados em sua incorporação, como são os casos do Panamá e da Costa Rica.

Com respeito aos seus objetivos primordiais, a Aliança do Pacífico foi criada, conforme se explica em sua declaração formal de início, datada de 28 de abril de 2011, com o propósito de promover uma “área de

integração profunda”, tendo como eixo fundamental da sua projeção os seguintes aspectos (Secretariado da Economia, 2002-2012, p. 3):

- Movimento de pessoas de negócios e facilitação para o trânsito migratório, incluindo a cooperação policial;
- Comércio e integração, incluindo facilitação do comércio e cooperação aduaneira;
- Serviços e capitais, incluindo a possibilidade de integrar as bolsas de valores; e
- Cooperação e mecanismos de resolução de litígios.

A partir desta declaração, a Aliança do Pacífico foi definida tendo como prioridade, segundo o seu próprio texto, “promover uma maior cooperação que permita à nossa região fortalecer os seus diversos vínculos políticos e econômicos, bem como a sua presença no mercado mundial, em especial no Pacífico Asiático”. Analisando mais detalhadamente esse propósito, observa-se uma singular relação com os objetivos que no passado desenharam a liderança política em Washington, ao momento de formular o que foi a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). Um mecanismo que acompanhava os critérios de projeção geoestratégica dos estadunidenses sobre o continente americano, no marco de um conjunto de princípios que expõe a chamada Iniciativa para as Américas, a qual se deu a conhecer durante a Cúpula Presidencial de Miami, em 1994.

Uma cúpula que, entre outras coisas, serviu para aprofundar aqueles 23 pontos sobre os quais se pretendia reforçar a consolidação dessa grande “ilha dos estadunidenses”, ou seja, a construção dessa zona de livre-comércio que decorresse geograficamente entre o Alasca até a Terra do Fogo. Tratava-se

da formulação de um esquema de cooperação continental, dentro do qual o ator que convocava, neste caso, os Estados Unidos, chamava a realizar tarefas conjuntas na luta contra o narcotráfico e a elaborar políticas de reforma e liberação de suas economias (através da implementação de tratados de livre-comércio bilateral, trilateral ou multilateral), com especial ênfase no compromisso de modernizar as instituições e as legislações para torná-las compatíveis com o sistema institucional do Colosso do Norte.

Foi nesse sentido que a administração de governo do então presidente William Clinton se concentrou em impulsionar uma política externa *interamericana* fincada na construção de uma zona de livre-comércio; no fortalecimento da democracia, incluindo esforços para uma transição pacífica de Cuba; e no combate ao crime internacional organizado, ao narcotráfico, à imigração ilegal e ao terrorismo.

A partir do exposto, existe efetivamente uma notável coincidência entre os princípios que definem a Iniciativa para as Américas e o que levou em datas recentes à criação de novos esquemas de cooperação sub-regional, nos quais se identifica com clareza a Aliança do Pacífico, orientada a partir de áreas essenciais na atuação do ator hegemônico: democracia, livre-mercado, segurança e defesa hemisférica.

Sobre o mesmo tema, cabe assinalar que nem todos os governos da América Latina e do Caribe se mostraram favoráveis a este tipo de iniciativa. Talvez entre os casos mais discordantes que se apresentaram estejam as posições assumidas por parte da Venezuela, cujas primeiras reações foram de contrariar os planos propostos por Washington através de discursos, os quais sugeriam o aparecimento de outro tipo de esquemas de “inte-

gração intrarregional” sob o mandato dos próprios países latino-americanos.

Nesse sentido, uma vez à frente do poder, o então presidente venezuelano Hugo Chávez Frías (1999-2013) optou por desenhar um modelo de integração fundado em um critério geopolítico *ad hoc* aos interesses da Venezuela, o que, por sua vez, iria contra os planos previstos pelos Estados Unidos na sua própria zona de influência, tanto na América continental como na parte insular do Mar do Caribe. Nesse contexto, apareceu o que no princípio se denominou Aliança Bolivariana para América (Alba)¹, tornando-se uma sigla que, ao final, facilitará uma certa confusão em relação ao acrônimo formulado pelos Estados Unidos conhecido como o projeto Alca.

Sobre o mesmo tema das integrações sub-regionais e a importância do valor geoestratégico dos territórios agrupados, menciona-se o caso do Plano Puebla Panamá, impulsionado pelo presidente Vicente Fox, posteriormente conhecido como Plano Mesoamérica, que se estende, no México, desde o estado de Puebla em direção ao sudeste do país, sendo esta uma região com destacados bancos bioenergéticos, cujos recursos ainda por explorar incluem urânio e terras raras. Além de ser considerado historicamente como um passo natural no que conhecemos como o Istmo de Tehuantepec, o qual, segundo as palavras do geopolítico

1 Um mecanismo criado em Cuba, em 14 de dezembro de 2004, sob o nome de Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBATCP), é integrado pelos seguintes membros: repúblicas de Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, República Dominicana, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Venezuela.

mexicano Alberto Escalona Ramos, se converte em um autêntico ponto de disputa, já que “quem dominar o Istmo, sejam Estados Unidos, Índia, China, Japão, Rússia, México ou qualquer outro Estado, terá uma das chaves do mundo” (Escalona, 1959, p. 500).

Sob essa mesma condição de importantes reservatórios de energia e biodiversidade se encontram outros países como Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Panamá e Colômbia, com seus abundantes recursos hídricos e vegetais, terras férteis para a agricultura e a pecuária – as quais continuam, em alguns casos, sob o resguardo de agrupamentos indígenas e camponeses, como se apresenta, por exemplo, a área que compreende o Tapón del Darién, que, além de ser um importante ponto fronteiriço, se converte hoje em dia no nó selvático que desloca a continuidade do traçado da estrada pan-americana que une o Canadá, o sul da Argentina e o Chile.

Um atributo que, desde 2011, converte precisamente os membros plenos da Aliança do Pacífico: México, Colômbia, Peru e Chile nos principais beneficiários de uma integração *sui generis*, que, por sua vez, interage com cerca de 61 países provenientes de todos os continentes, os quais assumem o papel de Observadores da Aliança do Pacífico, o que aprofunda os alcances globais deste mecanismo.

Esses aspectos, sem dúvida alguma, distinguem a Aliança do Pacífico de outros mecanismos regionais, alguns dos quais foram propostos a partir da criação de instituições próprias, inclusive com sedes para operar, identificadas em algum país-membro, como se observa no caso da Comunidade Andina de Nações (CAN), que fundou o chamado Parlamento Andino, com sede em

Bogotá (Colômbia). Entretanto, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) estabeleceu sua sede institucional em Quito (Equador), além do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), dedicado aos assuntos de segurança e defesa, enquanto no âmbito econômico apoia-se nos trabalhos que avançam há três décadas no Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul.

Assim, no que diz respeito ao *modus operandi* da Aliança do Pacífico, os seus membros optaram por uma dinâmica de trabalho centrada na rotação anual da presidência *pro tempore*, o que se torna uma oportunidade para aprofundar os diferentes estilos de liderança que caracterizam cada componente do mecanismo. Neste sentido, a participação do México na Aliança assume uma enorme relevância, uma vez que o México se mantém na presidência *pro tempore*, situação que se esperava que tomasse um outro rumo ao realizar-se a reunião anual de chefes de Estado da Aliança do Pacífico, em finais de novembro passado na Cidade do México.

No entanto, os recentes acontecimentos políticos ocorridos no Peru suspenderam a transição e a entrega da presidência *pro tempore* da Aliança do Pacífico, do México ao Peru. Além disso, a inércia da Cúpula das Américas em junho de 2022, presidida pelo presidente dos EUA, Joe Biden, teve momentos prévios de tensão, quando o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, tentou o convite e a presença de alguns governantes latino-americanos na referida cúpula – como foi o caso de Cuba, Nicarágua e Venezuela –, não sendo apoiado pela maioria dos governos da região, o que incomodou o pleno exercício da diplomacia estadunidense.

Deste modo, a tensão entre Estados Unidos e México aumentou, devido também a alguns outros conflitos, atravessados pelas questões comerciais e energéticas no contexto do T-MEC e, sem dúvida, pelas dificuldades em matéria de imigração e insegurança que ocorrem na fronteira compartilhada entre ambos os países. Por outro lado, o triunfo de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, embora tenha fortalecido a ideia de governos de esquerda, de corte populista, com uma presença importante na América Latina, não diminuiu nem muito menos erradicou as dificuldades de governabilidade e problemas econômicos que vivem países como Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, Bolívia e Brasil, que demonstraram que as dificuldades internas não permitem avançar nos temas próprios de um bloco geopolítico, a favor do desenvolvimento e da segurança não só dos países-membros da Aliança do Pacífico, mas de todo o bloco latino-americano.

Entretanto, o México tem as suas próprias dificuldades. Ainda que o presidente López Obrador tenha impulsionado a ideia na tradicional proposta leninista de que “a melhor política externa é a política interior”, evidentemente que as dificuldades econômicas, de saúde e de segurança levaram-no a perder grande parte da “liderança tradicional” que o México manteve em questões de âmbito internacional.

O apoio demonstrado a governos autoritários como Cuba, Peru, Nicarágua, Venezuela e Bolívia contrasta com o discurso democrático, o que levou a que a liderança mexicana não só se veja diminuída, mas também se observe marginal e contida nas suas diferentes propostas, começando pela guerra Rússia-Ucrânia, na apresentação dos seus candidatos ao BID e na recente

Cúpula da América do Norte realizada em janeiro de 2023, na Cidade do México, com a presença do presidente estadunidense, Joe Biden, e do primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, em que as propostas que o governante mexicano fez, sobre a integração latino-americana e o apoio por parte dos Estados Unidos, bem como nos temas de migração, foram ignoradas.

Esses elementos, sem dúvida, diminuem a liderança mexicana na América Latina e incidem, desde logo, no impulso à Aliança do Pacífico que, paralelamente aos acordos bilaterais ou multilaterais, em matéria de cooperação e de apoio a projetos comuns, é possível que sejam abandonados ante as dificuldades que estão por vir: as sucessões presidenciais do México, com possível ingerência da narco-criminalidade, a crise de ingovernabilidade no Peru, os conflitos da democracia na Colômbia e no Chile. Diante disso, se observa um processo de integração e cooperação latino-americano difícil de alcançar, o que faz com que Sísifo volte a aparecer no horizonte da América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta as reflexões precedentes, cabe dizer que a história da integração latino-americana ainda tem um longo caminho a percorrer, antes de se consolidar como um verdadeiro bloco geopolítico e geoestratégico, o que se limita estritamente a um nível de cooperação que, normalmente, funciona para atender às tensões que derivam das recorrentes crises locais que se apresentam em toda a região.

No que diz respeito à Aliança do Pacífico, que surgiu como um projeto de longo

alcance, com uma perspectiva geopolítica há dez anos da sua fundação, é possível concluir que ela ainda não conseguiu consolidar-se como uma zona de interesse geral que favoreça toda a América Latina e o Caribe, juntamente com um traçado concreto de gestão comercial e de negócios com o conjunto dos países observadores, em um cenário afetado pelo clima de tensão que se mantém entre as duas potências: a China e os Estados Unidos.

Além disso, as dificuldades locais-nacionais dos países que integram a Aliança do Pacífico diminuem o potencial que poderiam ter não só no âmbito político mas até no econômico-social, já que a interligação existente requer uma

maior cooperação para consolidar os planos de desenvolvimento e a segurança dos membros plenos da mencionada Aliança. O mesmo, por sua vez, limita as possibilidades de ampliação do esquema de integração e, com isso, a incorporação de mais membros à Aliança do Pacífico, além de Colômbia, Peru e México. Por isso, a relação, em diversas cúpulas, entre os países da América Latina e os Estados Unidos não passa pelo seu melhor momento. Ela requer, sem dúvida, atender à perspectiva local-nacional, alinhada a uma visão continental e global, tudo isto, em meio a uma disputa pela liderança implícita nos blocos geopolíticos existentes na atual ordem mundial.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA GUEVARA, G. (ed.). *Geopolítica latinoamericana: mirando al mundo desde el Sur*. Bogotá, Universidad Externado de Colombia, 2020.
- ESCALONA RAMOS, A. *Geopolítica mundial y geoeconomía, dinámica mundial, histórica y contemporánea*. México, Ediciones Ateneo, 1959.
- NÚÑEZ, J. *A 21st Century security architecture for the Americas: multilateral, cooperation, liberal peace and soft power*. US Army War College Foundation, 2002.
- MAHAN, A. T. *El interés de Estados Unidos de América en el poder marítimo. Presente y futuro*. San Andrés, Universidad Nacional de Colombia, Editorial Unibiblos, 2000.
- RATZEL, F. *Desde México, apuntes de viaje de los años 1874-1875*. México, Editorial Herder, 2009.
- ROSAS LEDEZMA, E. *Simón Bolívar, el monroísmo y la independencia de Cuba*. Panamá, Editorial Universitaria Carlos Manuel Gasteazoro, 2009.
- SECRETARIA DE ECONOMÍA. *Unidad de Coordinación de Negociaciones Internacionales. Alianza del Pacífico, Secretaria de Economía y Administración Pública Federal, 2006-2012*.